

# DA UTOPIA ÀS UTOPIAS

LUCAS CASAGRANDE\*

## Resumo

Este ensaio argumenta que não se deve buscar **Utopia**, mas sim várias. Utopia, no singular, seria o equivalente à aplicação de um modelo ao mundo, transformando nossa vida em mera transposição entre o passado e o modelo planejado, em uma eterna postergação da vontade humana. Em oposição, buscar viver **utopias**, no plural, possibilita vislumbrar um mundo de inúmeras possibilidades que mais nos satisfaça. É a formação de ideais que podem, situacionalmente e somente assim, serem perfeitos. Assim, utopia deve ser entendida como parte de uma multiplicidade, já que é sempre só uma das utopias possíveis. Estas são possíveis, mas jamais podem ser prescritas: elas podem tomar diversas formas. O que importa é que sejam horizontes múltiplos na nossa imaginação, permitindo a vazão da vontade humana.

Palavras-chave: Utopia; Utopias; Autonomia; Imaginário; Zonas Autônomas.

## Abstract

This essay argues that we should not seek a single Utopia, but that we should seek several. Utopia, in the singular, would be the equivalent of applying a model to the world, transforming our life into a mere transposition between the past and the planned model, in an eternal postponement of the human will. In opposition, to seek to live utopias, in the plural, makes possible to glimpse a world of innumerable possibilities that satisfy us most. It is the formation of ideals that can be situationally perfect. Thus, utopia must be understood as part of a multiplicity, since it is always only one of the possible utopias. These are possible, but they can never be prescribed: they can take various forms. What matters is that they might be multiple horizons in our imagination, allowing the flow of the human will.

Keywords: Utopia; Utopias; Autonomy; Imaginary; Autonomous Zones.

## Do início

Embora a imaginação humana date de muito antes, tal como em *Platão* (2007), a palavra utopia se popularizou com Thomas More (1982) com seu famoso livro *Utopia*, no século XVI. Sua Utopia era uma ilha bem governada, com regras justas que possibilitavam um viver harmonicamente

\* Doutorando em Estudos Organizacionais e Mestre em Organizações, PPGA/UFRGS.  
E-mail: <lcasagrande@gmail.com>

em sociedade (Ruyer, 2009). A palavra *utopia* é um neologismo de More, que partiu de duas palavras para criar a sua: *eu-topia* em latim significa “lugar bom” ao passo que *οὐ-τόπία* significa um não lugar, uma ausência de espaço e tempo real, um afastamento do contexto que vivenciamos para poder imaginar. É uma aparente ruptura com a realidade mas, justamente porque podemos imaginar, é possível.

Figura 1. Utopia de Thomas More.



Fonte: Wikipedia (2017).

Argumento aqui que não devemos buscar uma única *Utopia*, mas que devemos buscar várias. *Utopia*, no singular, seria o equivalente à aplicação de um modelo ao mundo, transformando nossa vida em mera transposição entre o passado e o modelo planejado, em uma eterna postergação da vontade humana. Em oposição, buscar viver *utopias*, no plural, possibilita vislumbrar um mundo de inúmeras possibilidades que mais nos satisfaça. É a formação de ideais que podem, situacionalmente e somente assim, serem perfeitos. Assim, *utopia* deve ser entendida como parte de uma multiplici-

dade, já que é sempre só uma das utopias possíveis. Ela é tão ideal tal qual o tipo-ideal weberiano: é a idealização, enquanto algo que existe no mundo das ideias. Mas não é ideal enquanto perfeito. Não pode se prestar a ser modelo, a ser um conjunto de regras rígidas que procura solucionar todos os problemas sociais.

Utopia tem tido várias conotações. Uma delas é descritiva de um estado inatingível, de uma ilusão tola. É comum o termo ser utilizado como uma acusação a alguma ideia impraticável. Como Parker (2002) percebe, tais acusadores parecem povoar cada vez mais este mundo: fomos tomados por homens práticos. Para piorar, os homens práticos não só atuam no mundo prático, como também produzem um imaginário moldado tal qual. Como Weber (2004) já notara, trata-se de um mundo cada vez mais desencantado, racionalizado, onde a vontade humana dá lugar aos imperativos racionais — os deuses deixam de ser solícitos conosco e a realidade se demonstra como uma mera operação matemática indiferente a tudo e a todos. Neste mundo desencantando, as utopias podem tornar-se ideias frágeis de concepções nada realistas do mundo.

Numa segunda conotação, a utopia é singular. Torna-se a única possível: a dos imperativos naturalizados por meio da ideologia, tal como ocorre no cientificismo ou na deificação do mercado. Nesta concepção, utopia é o fim da história, o fim dos conflitos por impossibilidade de escape, de alternativa. Atualmente, a utopia de mercado e da vida produtivista se demonstra como inevitável, como única real e racional. Neste sentido, o conceito utopia está contido nas possibilidades da ideologia. Como Mannheim (1982) demonstra, a ideologia opera como única realidade possível: dentro dela está contida como o mundo funciona e, portanto, como ele deve funcionar.

Figura 2 A Utopia Moderna.



Fonte: Lucas (2017).

Mas há uma terceira forma de enxergar utopias. São experiências imaginativas ou práticas que rompem com a ordem predominante. As práticas podem ser vistas em todo mundo, em diversos momentos da história e com mais frequência do que geralmente esperamos. Por vezes experiências efêmeras, às vezes experiências duradoras porém pequenas. O que importa da utopia é que seu espaço no imaginário se torna maior que sua narração e sua existência. Ela evoca um sonho, uma possibilidade de que as coisas podem ser radicalmente diferentes, ela fornece insumo ao espírito.

Como Mannheim (1982) salienta, o caráter transcendente das utopias é, por sua definição, de que ela é realizável. Utopia, assim, é a possibilidade de se romper com uma dada ordem — e só em se rompendo é que se pode ser uma utopia. Por isso também é situacional: ela se refere a contraposição ou extrapolação para denunciar uma determinada realidade. Neste sentido, a utopia está sempre se realizando: todo momento em que uma nova experiência social se cria, rompendo com as amarras anteriores, uma utopia nasce, mesmo que efêmera, mesmo que se reinstitucionalizando após seu rompimento.<sup>2</sup>

Ricœur (1991) demonstra que utopias podem ser extremamente racionalistas, como em Saint-Simon, ou radicalmente viscerais, imbuídas de sentimentos de liberdade corporal, como em Fourier (1972). Os objetivos de experiências sociais de ambos são completamente distintos. Saint-Simon vislumbrava um futuro tecnocrático e produtivista, como ecoado em H. G. Wells (2005) e mais tarde delineado por Asimov (1975; 2004). Para eles, o governo, enquanto organização eminentemente política, daria lugar a uma espécie de governo das coisas, uma administração racional da produção e do consumo, relegando o espaço do Estado à obsolescência. A diferença entre eles é o grau de tecnologia que sua previsão antevia, de forma que Asimov entendia que a questão técnica não só resolveria o problema político (tornando-o uma mera questão administrativa) como também resolveria a produção de fato, repassando o fardo produtivo às máquinas. De certa forma, a utopia de Saint-Simon se realizou (e a de Asimov tem alguma chance de se realizar): nosso estado contemporâneo está esvaziado enquanto ente político e se tornou um mero administrador econômico, como bem frisado por Henrique Meirelles quando ele afirma que,

1 No entanto, algumas decorrências do pensamento de Mannheim são mais passíveis de crítica. A ideia de que há contrautopias, ou seja, projetos sociais que são totalmente contrários entre si mas igualmente utópicos flexibiliza o conceito a um ponto de resignificação total do mesmo. A tal ponto que, em sua obra, Mannheim admite que existem ou podem existir utopias conservadoras.

não importando quem seja presidente, ele se manterá como ministro da Fazenda. E justamente por esse momento histórico profundamente desesperançoso as utopias são armas tão necessárias.

Para isso que as utopias nos servem: para nos demonstrar a todo momento que mesmo os impérios mais fortes, os sistemas mais totalitários possuem suas alternativas, seus escapes e suas ruínas. O beco sem saída que o Brasil se encontra pode ser um momento de repensar o ideal, para além da política prática:

Em um momento quando tudo está bloqueado por sistemas que falharam mas que não podem ser vencidos — e isso é minha apreciação pessimista do nosso momento — utopia é nosso recurso. Pode ser um escape, mas é também uma arma de crítica. Pode ser que alguns momentos históricos particulares clamem por Utopias (Ricœur, 1991, p. 298).

Afinal, mesmo ordens que são tidas como absolutamente invencíveis acabam por ruir. São frágeis, contingentes. A ordem imbatível é nada mais que uma contingência da ordem.

### **Experiências utópicas**

O controle do estado nunca é total, mas a racionalização de mundo visa isso, tornando-o cada vez mais próximo de um estado total de controle, do fim da história. Com a eminência da desapareção completa de *Terræ nullius*<sup>2</sup> (um local que não é reivindicado por nenhum Estado), as experiências utópicas se restringem à uma fuga do controle total exercido pelo Estado (Bey, 2012).

A utopia, enquanto experiência, necessita estar fora de um controle para que então se constitua como uma variação imaginativa do poder. Por natureza, a utopia é um espaço de subversão da ordem instituída, mesmo que seu resultante não seja, ao final, desejável (Ricœur, 1991).

<sup>2</sup> Atualmente, há somente dois territórios com este *status* neste planeta: Bir Tawil, uma área desértica e praticamente inóspita entre o Egito e o Sudão com tamanho equivalente a cerca de um terço do Distrito Federal brasileiro; e algumas áreas ainda não reclamadas na Antártida. A primeira nasceu a partir de um erro cartográfico do começo do século XX que se mantém até hoje; a segunda de uma convenção internacional que restringe reivindicações de terra no continente, exceto para os EUA e para a finada URSS.

Assim, utopias só podem ser concebidas de forma amoral. Se assumirmos de antemão que existem valores inegavelmente bons e outros inegavelmente maus, tenderemos a reproduzir mais da ordem instituída. Nietzsche (2008) já denunciava a impossibilidade do devir, da transformação, ao se admitir a moral tal como ela está. Assim, para visualizarmos lampejos utópicos, experiências utópicas, devemos nos despir de nossos pressupostos morais: eles são produto e são contingentes ao nosso *ethos* e a nossa sociedade e não podem ser replicáveis para demais experiências.

Exemplos disso afloram no presente e no passado. Algumas pequenas utopias se fundiram na cultura popular moderna, como é o exemplo de Robin Hood e os seus Merry Men, dos piratas do Atlântico no século XVIII e, mais recentemente, o início da internet com seus espaços virtuais não mapeados. Todos os casos necessitaram de um *Terra nullius*, de um espaço em que o poder do Estado não chegava: seja a floresta de Sherwood, seja as ilhas do Caribe, seja um espaço virtual recém-criado. Mas é também verdade que algumas experiências ocorreram justamente em oposição à ordem, como foi o caso da Comuna de Paris, dos Zapatistas, ou da Barcelona antifascista.

A pirataria, na sua era áurea, nasceu em um espaço naturalmente sem dono: os mares. Mas o que a tornou particularmente tão distinta de tantas outras experiências semelhantes é que, logo, reivindicou espaços terrestres para suas operações, portos livres. A partir daí, os piratas visavam um território livre, um mundo sem governo (Wilson, 2001).

Longe da visão romântica atual, onde Jack Sparrow desfila um bom humor leve e uma vida aventureira, os piratas eram de fato homens cruéis marcados por vidas duras. Mas seus históricos normalmente remontavam passados ainda mais perversos. Em geral, eram pessoas não aceitas nos seus países de origem (predominantemente a Grã-Bretanha), perseguidos seja por terem cometido algum crime que admitira punição capital ou perpétua, seja por questões políticas, sexuais ou por se envolverem em rixas pessoais com oligarcas de uma Europa com resquícios feudais. Outros tantos, ainda, só queriam fugir de empregos semiescravocratas, como os que a marinha britânica submetia seus marinheiros. Assim, a vida pirata era uma vida dura, mas era a última opção de marginalizados, perseguidos e excluídos (Parker, 2012; Wilson, 2001).

A “Época de Ouro da Pirataria” que ocorreu durante os séculos 17 e 18, teve nas Baamas uma de suas principais sedes. A pirataria aí iniciou

uma experiência social quando o corsário Henry Every ancorou seu navio com mais de cinquenta toneladas de presas de elefantes e cem barris de pólvora em Nassau. A partir de então, apesar de legalmente governada por diferentes nações, Nassau se tornou a Utopia Pirata. Os piratas de Nassau tinham um “código pirata” ético e dirigiam seus navios de forma democrática, compartilhando igualmente os saques, além de selecionar e depor seus capitães pelo voto popular — todas essas práticas seriam entendidas como extremamente progressistas para uma marinha dos dias atuais (Wilson, 2001).

Figura 3. Paraíso Pirata em Nassau.



Fonte: <<https://goo.gl/CDpcjD>>.

Um outro exemplo de experiência utópica pirata foi Libertia. Trata-se de uma colônia anarquista fundada em Madagáscar no fim século 17 que até hoje tem sua existência debatida por historiadores, o que torna tudo ainda mais curioso. Nessa experiência que durou por aproximadamente vinte e cinco anos, os piratas tinham um código de condutas compartilhados onde todos tinham autoridade para criar leis e regras. Além disso, tinham um sistema de democracia direta, em que os delegados eleitos eram mais vistos como “camaradas” do que legisladores. Lá, operavam em uma economia socialista e criaram sua própria língua. Os Liberis —

como se chamavam, eram contra a escravidão e aumentavam sua própria população libertando navios de escravos. Em Libertia, os piratas se estabeleciam como agricultores, mantendo a terra comum, sem propriedade privada. Os lucros obtidos em alto-mar eram também faziam parte do “Tesouro comum” (Wikipedia, 2017b).

Seja por ressentimento pessoal, seja por uma ideologia, seja pela visão utópica, esses renegados fundaram uma extensa e complexa rede de piratas, bucaneiros e corsários. Seus principais alvos eram justamente os navios que traziam riquezas roubadas do Novo Mundo para o Velho. Eram, de certa forma, os Robin Hoods do século XVIII, que roubavam dos grandes impérios (português, espanhol, britânico, entre outros) para sustentar a vida de um povo marginalizado — eles mesmos (Parker, 2012).

No México, os Zapatistas inspiram até hoje um sentimento de que uma sociedade fora do eixo explorados-exploradores é possível. Como provoca o Subcomandante Marcos (2017), “Quando foi que a intelectualidade progressista renunciou à análise crítica e se transformou em triste carpeideira das derrotas e fracassos de uma parte da classe política que está morta já faz vários anos?”. Sua crítica é dirigida a esse debate racionalista entre a austeridade de direita e as ideias de desenvolvimento de esquerda. Neste horizonte de terra arrasada da imaginação, não há escapatória que leve a um futuro brilhante e cheio de novidades. O debate deve ser mais do que “quantos serviços o Estado irá fornecer” e “quantos impostos serão cobrados”. Mas como fugir disso?

Sua resposta para isso é bastante simples: nem o centro nem a periferia. Aqui, devemos procurar a a-hegemonia: a ausência de hegemonia e a ausência de tentar uma nova hegemonia. É mais do que recusar o modelo global-norte (centro) do que deve ser o mundo, a sociedade e suas organizações. Trata-se de não tentar responder a um modelo com outro. Marcos, por sinal, não é exatamente uma pessoa. Ele nunca mostra seu rosto em público e seu nome não é dele (era um nome de um amigo caído). Além disso, é mesmo possível que várias pessoas se passem por Marcos — ninguém parece realmente saber. O objetivo é evitar uma autoridade enunciativa, para que ninguém possa dominar os outros por sua própria legitimidade teórica. É claro que eventualmente se delinearão dominações, se criarão autoridades, etc. Mas o esforço constante por uma busca que possibilite a vazão da vontade é o objeto desse ensaio. Ora, se isso não é o exercício da utopia, não faça ideia do que possa ser.



Outras inúmeras experiências ocorreram no planeta em diversas épocas marcando nosso imaginário, tais como a Comuna de Paris, os Hashashins,<sup>3</sup> o Quilombo dos Palmares, dentre tantos outros. Desconfio que seja absolutamente impossível ler a descrição que Orwell (2013) faz da Barcelona anarcosocialista sem desejar estar lá, sem desejar recriá-la. . .

### **Imaginações utópicas: da Utopia única às Utopias múltiplas**

Utopia, por vezes, é entendida como uma obra para além do seu tempo, como algo que permanece e permanecerá imutável, transcendendo contexto e realidade. Mas admitir isso requer a admissão de um modelo racional único, uma visão profundamente preocupante e antivivaz. Na verdade, utopias são, como demonstra Grey & Garsten (2002), extremamente atreladas ao contexto que as produziu. Essa imaginação pode ser vista como uma parte integrante de uma estratégia. Imaginar uma outra realidade é uma ferramenta para visualizarmos melhor a nossa própria.

Muito da ficção científica é, nada mais, que utopia com elementos tecnológicos (na verdade, muitas vezes utilizando-se da tecnologia em sua narrativa para mostrar os próprios limites dela). Tal tipo de literatura só pode existir porque a sociedade produz, constantemente, mudanças técnicas que tornam necessária a reflexão. Muito da utopia é, na verdade, uma imaginação às avessas: o que não devemos nos tornar, o que não devemos visar, a distopia.

Embora nossa realidade pareça muito próxima do que Huxley (1998) nos precavia, sua obra certamente possibilitou um precaução mínima para não nos tornarmos tão caricatos. Este é um caso emblemático de como a crítica utópica pode ser alimento não só para imaginação, mas para o ceticismo de um projeto social posto a marcha. No Reino Unido, o paraíso das câmaras de segurança, a invasão de privacidade e o controle do Estado poderiam ser ainda muito pior, não fosse o emblemático 1984 de Orwell (2010).<sup>4</sup>

3 Os Hashashins era uma comunidade descentralizada e pulverizada nos desertos asiáticos que existiu pela época do grande Império Mongol. O nome (Hashashins) remete ao pouco que se sabia sobre esses: eram religiosos devotos (Asasiyun) e utilizavam drogas (haxixe) para atingir uma espécie de ápice espiritual. Além disso, se tornaram famosos por se valer de táticas de guerrilha muito específicas, de forma que não só sejam nômades camuflados na paisagem, mas também de assassinar os chefes de seus inimigos políticos para desestabilização de reinos que lhes ousassem dominar.

4 Até hoje a possibilidade de invasão plena da privacidade pelo Estado é uma ameaça constante na ilha. Recentemente, as negociações para retirada do Reino Unido da União Europeia (Brexit) geraram uma eleição na qual a primeira-ministra conservadora, Theresa May, requeria plenos poderes aos seus compatriotas sob alegação de necessidade de ser “forte e es-

Mas para além das distopias, a imaginação utópica geralmente é restrita a aspectos funcionais enquanto se pretende ser a solução final para a miséria humana. Peguemos o exemplo de H. G. Wells (2005): trata-se de um mundo sem guerras, sem miséria, sem violência e onde há fartura e abundância material. No entanto, com uma leitura levemente crítica, poderíamos enxergar a utopia welliana exatamente como a distopia huxleyana. Trata-se de um mundo chato, embora funcional, anestesiado, embora próspero, absolutamente previsível, embora prático, e extremamente hedonista, embora o prazer tenha perdido o significado. Muito da ficção científica do século XX se pautou por isso: em pensar um mundo que, com ajuda das novas tecnologias, possa oferecer conforto material. Renegado aqui tornou-se a vida, a felicidade e o devir. A isso se refere Orwell (2017): “Todas Utopias «favoráveis» parecem se parecer entre si ao postularem perfeição enquanto não conseguem sugerir felicidade”.

Como afirma Ricœur (1991), a utopia de Saint-Simon não é mais uma utopia: é a nossa realidade. Vivemos no mundo idealizado dele, produtivista e industrial. Eletrônicos e utilidades domésticas nos são tão baratas que, por vezes, podemos considerá-las descartáveis. Certamente uma utopia desejável ante um mundo em que estocar comida era um desafio. Mas em contraste, o ritmo moderno de vida e a presença irreduzível do mercado em cada vez mais esferas da vida nos parece ter um fundo amargo: como Fausto, trocamos nossa alma, mas dado que somos mais ordinários, o fizemos por geladeiras e micro-ondas.

O problema aqui é o mesmo de toda teoria organizacional: Trata-se de encontrar uma forma de operacionalizar o mundo material ou de dar vazão social aos desejos? Se trata de uma questão funcional ou substantiva? Essa questão parece ter levantado muitas pestanas e, hoje, é um subgênero literário. Livros como os organizados por Wilson et al. (2000) reúnem contos que não visualizam um mundo mais fechado, mas sim inúmeros mundos, descobertas e experiências fantásticas. Deixa-se de lado as certezas e as garantias de um mundo perfeito para a busca de mundos fugazes, estranhos, atípicos. Não é mais uma utopia, mas sim, utopias. São linhas de fuga, são escapes, são novas possibilidades de vida. Não se trata de soluções finais, de utopias últimas, de sistemas que tornem o aspecto humano limitado.

---

tável”. Caso eleita com maioria folgada na Câmara dos Comuns, seu plano incluiria medidas que incluiriam o fim da criptografia nas telecomunicações interpessoais para melhor monitoramento da população.

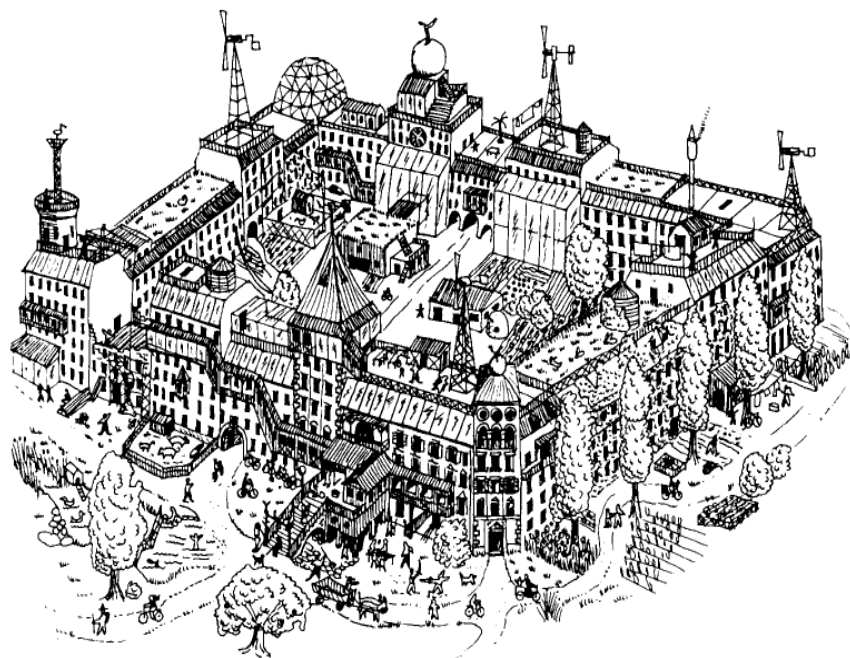
Fourier parece ter percebido que uma utopia não é um ato acabado. Conforme Ricœur (1991), ele complexifica a utopia indo para o que precede a economia e a política: seu foco se dá nas paixões pessoais, nos desejos e vontades de cada um de nós. Sua obra se dá na fronteira entre o possível e o impossível, empurrando a fronteira da verossimilhança. Ricœur nota que este é o elemento que torna a utopia algo tão fantástico: ela não é um plano racional, mas sim uma apresentação de ideias extravagantes que nos faz considerar e desejar um outro mundo: “A estrutura utópica trapaceia na nossa categorização que diferencia sano de insano” (Ricœur, 1991, p. 302).

Fourier partia de uma hipótese tida como absurda a sua época: de uma economia de abundância. Mas esse pressuposto não era uma escolha vã: partindo disso ele poderia discutir para além das questões técnicas e produtivistas e se focar nas relações sociais. Sua forma de organizar a sociedade visa relações que saciem nossas paixões; e não os indivíduos que devem saciar um projeto modelístico. Seu objetivo é promover um novo mundo ao denunciar os horrores da civilização. É buscar, em uma aproximação com a visão de Rousseau, ressuscitar o bom selvagem que foi atropelado pela civilização (Ricœur, 1991).

Os descritivos detalhados de Fourier geraram, ao seu tempo, vários experimentos sociais, os chamados falanstérios. A maioria das experiências foi efêmera, mas algumas duraram décadas, e a mais duradoura (o Familistério de Godin) durou cento e nove anos. Mas para além das experiências práticas, a ideia dos falanstérios influenciaram inúmeros utopistas modernos, que passaram a utilizar a ideia de uma comunidade convivencial como referência central em suas visões de futuro.

Mais recentemente autores como P.M. (2003) e Hakim Bey (2008) tornaram a popularizar as ideias de Fourier, mas de forma progressivamente menos prescritiva. P.M. (2003) descreve comunidades de cerca de quinhentos residentes (*bolos*) que se manteriam isolados do sistema capitalista global e que seriam totalmente autônomos, mesmo quanto a criação de seu *ethos*, mas conectados em uma rede de outras comunidades semelhantes (*bolo'bolo*). Tais *bolos* não teriam governo, e tudo se daria pela reputação pessoal de cada um e um código de ética mínimo, que garantiria, por exemplo, a aceitação em outros *bolos* de um indivíduo. De Fourier a P.M., a ideia básica parece permanecer a mesma, mas de forma menos restritiva, tornando a utopia em utopias.

Figura 4. Um bolo urbano.



Fonte: Wikipedia (2017c).

Bey (2008), por sua vez, se vê em comunidades conviviais, partindo de Fourier, por um lado, e de Illich (2010) por outro. Mas aqui, não há nenhuma pretensão de perenidade. De certa forma, é um voto de capitulação ao sistema global mas, por outro, é uma pretensão de estratégia de guerrilha. Talvez, pensa, não sejamos capazes de construir utopias permanentes ainda. Mas como utopias efêmeras existem por toda parte, devemos explorá-las ao máximo. Tais utopias não podem ter outro objetivo que não a de extravasamento de nossas vontades (o que é uma ideia bastante fourieriana). Para isso, é necessário que não haja autoridades, não haja leis predeterminadas e que a organização seja completamente autônoma. Assim, suas Zonas Autônomas Temporárias não são projetos nem modelos, são simplesmente indicações vagas e utópicas de que é possível viver em uma comunidade intencionalmente. Tais zonas não possuem cálculos sofisticados de população e mantimentos, como Fourier o fazia, mas se definem como o que não são: não são governadas, não são

dominadas, não são parte do mercado, não são locais de adiamento teleológico do desejo.

As Zonas Autônomas Temporárias acabam por alimentar o espírito de que utopias são possíveis, mas jamais podem ser prescritas: elas podem ser situacionalmente refúgios de fora da lei, podem ser locais lúdicos, podem ser comunidades agrícolas. O que importa é que sejam horizontes múltiplos na nossa imaginação, permitindo a vazão da vontade humana.

### Referências

- ASIMOV, Isaac. *Fundação: trilogia*. São Paulo: Hemus, 1975.
- ASIMOV, Isaac. *Eu, robô*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- BEY, Hakim. *Milênio*. Porto Alegre: Deriva, 2012.
- BEY, Hakim. *Zonas Autômas Temporárias e outros textos*. Porto Alegre: Deriva, 2008.
- BROW, Stephen & MACLARAN, P. The future is past: marketing, apocalypse and the retreat from utopia. In: BROWN, Stephen; BELL, Jim & CARSON, David (orgs.). *Marketing apocalypse: eschatology and the illusion of the end*. Oxford: Psychology Press, 1996.
- FOURIER, Charles. *L'ordre subversif: trois textes sur la civilisation*. Paris: Aubier Montaigne, 1972.
- GREY, Christopher & GARSTEN, Christina. Organized and disorganized utopias: an essay on presumption. In: PARKER, Martin. *Utopia and organization*. Oxford: Blackwell Publishing, 2002.
- HUXLEY, Aldous. *Brave New World*. Londres: Vintage, 1998.
- ILLICH, Ivan. *Tools for conviviality*. Londres: Marion Boyars, 2010.
- LUCAS, Gerald R. (Post)modernism and utopia. Images of utopia and dystopia in 20th-century art. Disponível em <<https://litmuse.net/post-modernism-and-dystopia-58d261e87de4>>. Data de acesso: 10-6- 2017.
- MARCOS, Subcomandante Insurgente. Duas políticas e uma ética. Disponível em <[http://pt.protopia.at/wiki/Duas\\_pol%C3%ADticas\\_e\\_uma\\_%C3%A9tica](http://pt.protopia.at/wiki/Duas_pol%C3%ADticas_e_uma_%C3%A9tica)>. Data de acesso: 10-1-2017.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. 4.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- MORE, Thomas, Saint. *A utopia*. 2.<sup>a</sup> ed. Brasília: Ed. da Unb, 1982.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*. Porto Alegre: L&PM, 2008.
- ORWELL, George. 1984. São Paulo: Claro Enigma, 2010.

- ORWELL, George. Can socialists be happy? Disponível em <<http://www.online-literature.com/orwell/895/>>. Data de acesso: 2-5-2017.
- ORWELL, George. *Homage to Catalonia*. Londres: Penguin Classics, 2013.
- PARKER, Martin. *Alternative Business*. LondRES: Routledge, 2012.
- PARKER, Martin. Utopia and the organizational imagination: outopia. In: PARKER, Martin. *Utopia and Organization*. Oxford: Blackwell Publishing, 2002.
- PLATÃO. *A República: texto integral*. São Paulo: Martin Claret, 2007.
- P.M. *Bolo'bolo*. Porto Alegre: Deriva, 2003.
- RICCEUR, Paul. *Ideologia e utopia*. Lisboa: Edições 70, 1991.
- RUYER, Raymond. Utopia and Utopias. Disponível em <<https://speculativeheresy.wordpress.com/2009/01/21/343/>>. Data de acesso: 9-6-2017. 2009.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo. Edição revisada*. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- WELLS, Herbert George. *A modern utopia*. London: Penguin UK, 2005.
- WIKIPEDIA Contributors. *Utopia (book)*. In: Wikipedia, The Free Encyclopedia, 25 Apr. 2017. Web. Disponível em <[https://en.wikipedia.org/wiki/Utopia\\_\(book\)](https://en.wikipedia.org/wiki/Utopia_(book))>. Data de acesso: 14-6-2017.
- WIKIPEDIA Contributors. *Libertatia*. In: Wikipedia, The Free Encyclopedia, 7-6-2017. Disponível em <<https://en.wikipedia.org/wiki/Libertatia>>. Data de acesso: 19-6-2017(b).
- WIKIPEDIA Contributors. *Hans Widmer*. In: Wikipedia, The Free Encyclopedia, 7-4-2017. Disponível em <[https://en.wikipedia.org/wiki/Hans\\_Widmer](https://en.wikipedia.org/wiki/Hans_Widmer)>. Data de acesso: 1.º-5-2017(c).
- WILSON, Peter Lamborn. *Utopias piratas*. São Paulo: Conrad Livros, 2001.